

LÍNGUA PORTUGUESA

Desemprego cai e fecha 2014 em 6,8%, diz IBGE

Na indústria, o emprego fechou 2014 com queda acumulada de 3,2%

A taxa de desocupação fechou o ano passado em 6,8%, registrando queda em relação a 2013, quando a taxa de desocupação foi 7,1%. Em 2012, a taxa ficou 7,4%. Os dados foram divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e indicam um desemprego maior em relação à Pesquisa Mensal de Emprego (PEM), também do IBGE, que foi 4,8%. A pesquisa é calculada em seis das principais regiões do país.

No quarto trimestre do ano passado, a taxa de desocupação fechou em 6,5% em todo o país, registrando queda em relação aos 6,8% do terceiro trimestre. Quando comparado com o quarto trimestre de 2013, com 6,2%, a taxa de desocupação cresceu.

Os dados divulgados indicam que a população desocupada recuou na passagem do terceiro para o quarto trimestre, passando de 6,7 milhões para 6,5 milhões de pessoas. Entre a população ocupada houve aumento do terceiro para o quarto trimestre, passando de 92,3 milhões para 92,9 milhões. No quarto trimestre de 2013, a população ocupada era 91,9 milhões de trabalhadores.

No que diz respeito à população desocupada, do terceiro para o quarto trimestre do ano passado o número passou de 6,1 milhões para 6,5 milhões de trabalhadores.

Abrangendo maior número de regiões do país, a Pnad Contínua substituirá a atual Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange apenas as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

INDÚSTRIA

Apesar da ligeira recuperação de 0,4% em dezembro do ano passado, em relação a novembro, na série livre de influências sazonais, o emprego no setor industrial fechou 2014 com queda acumulada de 3,2%. O resultado do último mês do ano interrompe uma sequência de oito meses consecutivos de resultados negativos.

Ao fechar com a taxa anualizada (acumulada dos últimos 12 meses) de 3,2%, o emprego na indústria manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013, quando a taxa de emprego ficou negativa em 1%. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal, Emprego e Salário (Pimes) foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indicam que, na comparação com dezembro de 2013, o emprego no setor caiu 4% – o 39º resultado negativo consecutivo nessa comparação.

A queda de 4% em dezembro do ano passado, em relação a dezembro de 2013, reflete retração no emprego nos 14 locais pesquisados. O principal impacto negativo sobre a média global veio de São Paulo (-4,7%). Também registraram resultados negativos a Região Nordeste (-4,4%); Minas Gerais (-4,5%); regiões Norte e Centro-Oeste (-4,4%); o Rio Grande do Sul (-3,3%); o Paraná (-2,8%); e o Rio de Janeiro (-4%).

Por outro lado, os dados do IBGE indicam que, no acumulado dos 12 meses de 2014, a queda de 3,2% reflete resultados negativos em 13 dos 14 locais analisados e em 16 dos 18 setores avaliados. O principal impacto negativo no ano veio de São Paulo (-4,3%), seguido por Rio Grande do Sul (-4,2%), Paraná (-4,2%), Minas Gerais (-2,8%), Região Nordeste (-2,1%), Rio de Janeiro (-2,8%) e regiões Norte e Centro-Oeste (-1,7%). O Estado de Pernambuco foi o único que teve ligeiro avanço (0,1%).

Setorialmente, ainda no índice acumulado do ano, as contribuições negativas mais relevantes para o emprego vieram de produtos de metal (-7,3%), meios de transporte (-5,4%), máquinas e equipamentos (-5,5%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-7,2%), calçados e couro (-8,0%), vestuário (-3,4%), outros produtos da indústria de transformação (-4,5%), têxteis (-4,4%), refino de petróleo e produção de álcool (-7,5%) e metalurgia básica (-4,1%).

Em dezembro último, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já descontadas as influências sazonais, teve variação negativa de 0,1%, na comparação com o mês imediatamente anterior. O resultado foi a oitava taxa negativa consecutiva, acumulando perda de 4,9% no período.

(NIELMAR DE OLIVEIRA, da Agência Brasil, Brasília, quarta-feira, 11 de fevereiro de 2015, Edição nº 14125, Diário de Cuiabá.)

QUESTÃO 01

Leia o texto e assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O índice de desemprego apresentado pelo IBGE, em relação ao índice do PEM, é maior e essa diferenciação é praticamente de 2,0%.
- B) De outubro a dezembro de 2014, a taxa de desocupação fechou em 6,5% em todo o país, registrando queda em relação aos 6,8% de julho a setembro.
- C) Os dados divulgados indicam que a população desocupada do terceiro para o quarto trimestre de 2014 teve um aumento de percentual de 0,4%.
- D) Em dezembro último, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já descontadas as influências sazonais, teve variação negativa de 3,2%, na comparação com o mês imediatamente anterior.

QUESTÃO 02

“Abrangendo maior número de regiões do país, a Pnad Contínua **substituirá** a atual Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que **abrange** apenas as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.”

Os verbos destacados da frase acima exprimem uma intenção por parte de quem fala, transmitem uma ideia.

Então, é CORRETO afirmar que:

- A) **Abrangendo** - o verbo no gerúndio se caracteriza por não poder exprimir em si nem o tempo nem o modo; **substituirá** - o verbo expressa a ideia de uma ação que ocorrerá num tempo futuro em relação ao tempo atual; **abrange** - o verbo expressa uma ação que está ocorrendo no momento da fala.
- B) **Abrangendo** - o verbo está na forma nominal; **substituirá** - o verbo expressa a ideia de uma ação que ocorrerá num tempo passado em relação ao tempo atual; **abrange** - o verbo expressa uma ação que ocorre no momento da fala ou uma ação que se repete ou perdura.
- C) **Abrangendo** - o verbo está no particípio; **substituirá** - o verbo expressa a ideia de uma ação que ocorrerá num tempo futuro em relação ao tempo atual; **abrange** - o verbo expressa uma ação que ocorreu e que poderá se repetir.
- D) **Abrangendo** - o verbo está no gerúndio; **substituirá** - o verbo expressa a ideia de uma ação que ocorre no tempo presente; **abrange** - o verbo expressa uma ação que está ocorrendo no momento da fala.

QUESTÃO 03

“Desemprego cai e fecha 2014 em 6,8%, diz IBGE.”

A vírgula na frase acima tem finalidade de:

- A) Isolar um vocativo.
- B) Isolar um aposto.
- C) Separar orações coordenadas.
- D) Separar termo com a mesma função sintática.

QUESTÃO 04

“No que diz respeito à população desocupada, do terceiro para o quarto trimestre do ano passado o número passou de 6,1 milhões para 6,5 milhões de trabalhadores.”

Sobre o uso da crase em “... à população desocupada...” é CORRETO afirmar que:

- A) Houve crase porque o termo conseqüente exige a preposição “a”; o termo antecedente aceita o artigo “a”.
- B) A crase sempre ocorrerá quando o termo regente exigir a preposição “a” e o termo regido admitir o artigo “a” ou “as”.
- C) A palavra “respeito” é um substantivo que exige o artigo “a”.
- D) Usa-se crase por ser uma expressão adverbial.

QUESTÃO 05

“Abrangendo maior número de regiões do país, a Pnad Contínua substituirá a atual Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange apenas as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.”

As palavras: *números, país, contínuos* são acentuadas de acordo com as seguintes regras de acentuação gráfica:

- A) **Número** - acentuam-se todas as palavras proparoxítonas; **país** - acentuam-se as vogais “I” e “U” das palavras oxítonas, quando formarem sílabas sozinhas ou com “S”; **contínuo** - acentuam-se as paroxítonas terminadas em ditongos crescentes (semivogal+vogal).
- B) **Número** - acentuam-se todas as palavras proparoxítonas; **país** - acentuam-se as vogais “I” e “U” das palavras oxítonas, quando formarem sílabas sozinhas ou com “S”; **contínuo** - acentuam-se as proparoxítonas terminadas em ditongos crescentes.
- C) **Número** - acentuam-se todas as palavras proparoxítonas; **país** - acentuam-se as vogais “I” e “U” dos hiatos tônicos, quando formarem sílabas sozinhas ou com “S”; **contínuo** - acentuam-se as paroxítonas terminadas em ditongos crescentes (semivogal +vogal).
- D) **Número** - acentuam-se todas as palavras proparoxítonas; **país** - acentuam-se as vogais “I” e “U” dos ditongos crescentes, quando formarem sílabas sozinhas ou com “S”; **contínuo** - acentuam-se as proparoxítonas terminadas em ditongos crescentes (semivogal +vogal).

QUESTÃO 06

"Também registraram resultados negativos a Região Nordeste (-4,4%); Minas Gerais (-4,5%); regiões Norte e Centro-Oeste (-4,4%); o Rio Grande do Sul (-3,3%); o Paraná (-2,8%); e o Rio de Janeiro (-4%)."

Em relação à palavra "Centro-Oeste" é CORRETO afirmar que:

- A) A palavra é formada a partir da composição por aglutinação e tem hífen por terminar com letra diferente daquela com que se inicia a outra palavra.
- B) É formada pelo processo de composição por justaposição, e foi empregado o hífen por a palavra ser composta, derivada de topônimos.
- C) A palavra "Centro-Oeste" é composta por radical erudito, e o hífen foi usado para ligar duas palavras que ocasionalmente se combinam, formando não propriamente um vocábulo, mas um encadeamento vocabular.
- D) Houve um processo derivacional simultâneo, especificamente a parassíntese, e o hífen foi usado porque as palavras perderam a noção de composição.

QUESTÃO 07

"Por outro lado, os dados do IBGE indicam que, no acumulado dos 12 meses de 2014, a queda de 3,2% reflete resultados negativos em 13 dos 14 locais analisados e em 16 dos 18 setores avaliados."

A coesão textual diz respeito às conexões gramaticais existentes entre palavras, frases, parágrafos e partes maiores de um texto (*Willian Roberto Cereja, 2004*).

A construção frasal "Por outro lado" corresponde a:

- A) Por sua vez.
- B) No que diz respeito.
- C) Por seu turno.
- D) Assim como.

QUESTÃO 08

"Em dezembro último, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já descontadas as influências sazonais, teve variação negativa de 0,1%, na comparação com o mês imediatamente anterior."

Sobre a concordância nominal em "já descontadas", podemos afirmar que:

- A) Houve concordância das palavras "já descontadas" com as palavras "influências sazonais".
- B) "Já descontadas" concordou como adjetivo "negativa".
- C) "Já descontadas" são palavras invariáveis.
- D) Em "já descontadas", a palavra "descontadas" concorda em número e gênero com o substantivo "sazonais".

QUESTÃO 09

"O principal impacto negativo no ano veio de São Paulo..."

Ao analisarmos sintaticamente a frase acima constatamos que:

- A) "O principal impacto negativo"- sujeito simples, núcleo do sujeito: impacto; "veio"- verbo transitivo indireto; "de São Paulo"- complemento verbal.
- B) "O principal impacto negativo"-sujeito simples, núcleo do sujeito: impacto negativo; "veio" - verbo transitivo direto; "de São Paulo" - adjunto adnominal.
- C) "O principal impacto negativo"- sujeito composto, - núcleo do sujeito: impacto; "veio"- verbo transitivo direto e indireto; "de São Paulo"- complemento nominal.
- D) "O principal impacto negativo"- sujeito simples, núcleo do sujeito: impacto negativo; "veio" - verbo transitivo direto; "de São Paulo"- adjunto adnominal.

QUESTÃO 10

"Em dezembro último, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já descontadas as influências sazonais, teve variação negativa de 0,1%, na comparação com o mês imediatamente anterior."

Na frase acima, para apresentar o índice de variação foi utilizado o numeral 0,1%.

Assinale a alternativa CORRETA em relação à transcrição desse percentual:

- A) Um por cento.
- B) Zero vírgula um percentual.
- C) Zero vírgula um por cento.
- D) Um percentual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa INCORRETA em relação a atos administrativos:

- A) O RIR (Regulamento do Imposto de Renda) é um ato normativo quanto aos destinatários.
- B) A anulação de um ato administrativo, que reconhece sua nulidade, ou seja, sua incompatibilidade com a lei, é um ato declaratório.
- C) A interdição de um prédio que contraria as normas urbanísticas é um ato individual.
- D) A demissão de servidor público e a revogação que faz desaparecer um ato administrativo lícito e eficaz são atos extintivos.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 10.520/2002, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

II - No ato convocatório constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato. O instrumento convocatório apresenta-se na forma de edital.

III - Princípio do julgamento objetivo: esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, salvo no caso de benefício da própria Administração.

IV - No caso em que a capacidade técnica do futuro contratado for determinante, o pregão não poderá ser adotado. Isso ocorre por uma simples razão: nesses casos, a capacidade técnica deverá condicionar o preço, e não o contrário. E é preciso dizer que, em razão da estrutura invertida entre proposta e habilitação, o pregão não permite que a capacidade seja condicionante do preço, mas por ele condicionada. Ou seja, se o objeto é revestido de complexidade técnica e tem de ser viabilizado diretamente pelo próprio contratado, não caberá o pregão, justamente pela inversão das etapas de habilitação e proposta, ou seja, em razão do seu próprio sistema estrutural, que pressupõe que o preço condicionará a capacidade técnica, e não o contrário.

- A) O item III é falso.
- B) Os itens I e II são falsos.
- C) O item IV é falso.
- D) Os itens II e IV são falsos

QUESTÃO 13

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso em relação à concessão de serviços públicos e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

() A concessão patrocinada é o contrato administrativo de concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

() A concessão especial é caracterizada pela circunstância de que o concessionário recebe determinada contraprestação pecuniária do concedente. Incide sobre ela o regime jurídico atualmente denominado de parcerias público-privadas.

() A concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública é instituto com duplicidade de objeto, devendo-se distinguir o exercício da atividade a ser prestada ao público da execução da obra em si, pois a concessão pode ter por objeto a execução da obra realizada simultaneamente à prestação do serviço de conservação.

- A) V, F, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) V, V, V.

QUESTÃO 14

Determinado servidor público ocupante de cargo efetivo, contribuinte de regime próprio de previdência social, encontra-se licenciado de seu cargo para exercer mandato eletivo.

Analisando a situação acima descrita, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Atualmente, qualquer ocupante de cargo eletivo, em qualquer esfera do governo, está vinculado obrigatoriamente ao regime geral de previdência social, deste modo o servidor deve se licenciar do regime próprio e passar a contribuir temporariamente ao regime geral.
- B) O único exercente de mandato eletivo excluído do regime geral de previdência social é aquele que já se encontra vinculado a regime próprio de previdência, como servidor público licenciado para o cumprimento de seu mandato, portanto o servidor deve continuar contribuindo para a previdência própria.
- C) O servidor contribuirá cumulativamente aos regimes geral e próprio, tendo em vista que o cálculo da aposentadoria se dará em cima de 80% (oitenta por cento) das maiores contribuições.
- D) O servidor contribuirá cumulativamente aos regimes geral e próprio, tendo em vista que o cálculo da aposentadoria se dará em cima de 50% (cinquenta por cento) das maiores contribuições.

QUESTÃO 15

De acordo com a forma de prestação de serviços públicos, assinale a alternativa que **NÃO** compreende um recurso hídrico objeto de outorga por parte da Administração Pública:

- A) Serviços de limpeza e conservação de margens, incluindo dragagem, desde que não alterem o regime de vazões do corpo hídrico.
- B) Intervenções de macrodrenagem.
- C) Lançamento em corpo de água de resíduos líquidos com fim de diluição.
- D) Derivação ou captação de água superficial (rio, córrego, mina ou nascente) para qualquer finalidade.

QUESTÃO 16

Sabendo que houve uma enchente no município XYZ e uma ponte que interligava a zona rural do referido município foi completamente arrancada pela enxurrada, deixando os moradores da zona rural isolados, sem condições de se deslocarem para outras localidades e sem condições de chegar combustível e alimento nos locais de revenda. Assim, deve o prefeito municipal adotar qual providência para construir nova ponte?

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Determinar a inexigibilidade de licitação para realização da obra, tendo em vista que somente uma ponte foi arrancada.
- B) Realizar licitação em qualquer das modalidades pertinentes, tendo em vista que a situação não é caracterizada como excepcional.
- C) Determinar a dispensa de licitação para realização da obra, tendo em vista o caráter emergencial.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 17

De acordo com o Direito Administrativo, em relação à administração de servidores públicos, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar;

II - O funcionário público ou extranumerário federal, estadual ou municipal, contará, de acordo com a legislação, para efeitos de aposentadoria e tempo de serviço ativo prestado quando incorporado nas Forças Armadas.

III - Ressalva a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o servidor civil reuniu os requisitos necessários.

- A) Apenas o item I é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 18

De acordo com os poderes e deveres da Administração Pública, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - O dever de probidade alcança todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que pertençam à Administração Pública ou à entidade privada que receba verba pública. A conduta considerada imoral, praticada por agentes públicos se sujeita, também, à ação popular, proposta por qualquer cidadão, já que este é titular do direito a uma administração legítima e adequada.

II - No poder regulamentar, o qual decorre do poder hierárquico, a Administração tem o condão de fiscalizar as atividades exercidas por seus servidores e demais pessoas a elas ligadas, exigindo uma conduta adequada aos preceitos legais.

III - No poder regrado a lei confere determinadas atribuições ao administrador público, de forma que não lhe deixa margem para escolha, ou seja, não abre espaço para liberdade de atuação da administração, pois não há interpretação subjetiva do agente público.

IV - Para o administrador público, o dever de agir é uma obrigação de atuar, desde que essa atuação se apresente em benefício da comunidade. Como decorrência imediata do dever de agir podemos mencionar a situação de ilegitimidade de que se reveste a inércia do administrador, pois, na medida em que é sua responsabilidade a conduta comissiva, a omissão configura-se como ilegal.

- A) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- B) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- C) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 19

Entende-se por permissão de serviço público:

- A) A delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- B) Delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- C) A delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de tomada de preços, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- D) Delegação de sua prestação, mediante licitação, à associação de pessoas, físicas ou jurídicas, que combinam seus bens, dinheiros e esforços, habilidades e conhecimentos para executar a operação.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei nº 8.666/93, analise o caso fictício abaixo narrado. Determinado hospital público municipal necessitava contratar coleta de lixo hospitalar, por isso realizou procedimento licitatório na modalidade tomada de preços para selecionar a proposta mais vantajosa. Tendo em vista que o valor global estimado da possível contratação foi de R\$ 1.369.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil reais), assinale a alternativa CORRETA:

- A) Não há necessidade de realização de processo licitatório para contratação de serviços ligados à área da saúde, pois tal serviço é de caráter emergencial e deste modo é contratado por dispensa de licitação.
- B) Não há necessidade de realização de processo licitatório para contratação de serviços ligados à área da saúde, pois tal serviço é de caráter emergencial e deste modo é contratado por inexigibilidade de licitação.
- C) A modalidade de licitação que deveria ser utilizada nesta contratação de serviços era a concorrência, devido ao fato de o valor estimado estar acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- D) Poderia ter sido realizada licitação na modalidade convite ou pregão presencial, pois neste não há limites de valor para o procedimento licitatório.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O lançamento do IPVA é por homologação no caso de veículo novo; podendo ser de ofício, caso o contribuinte deixe de fazê-lo.
- B) Os veículos das pessoas jurídicas de direito público, como por exemplo do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, são isentos do IPVA, por uma não incidência constitucionalmente qualificada.
- C) Para veículos utilizados em atividade de interesse socioeconômico específico (agroindústria, transporte público de passageiros, terraplanagem) haverá isenção de IPVA.
- D) A repartição das receitas tributárias do IPVA será feita por meio do rateio de 50% para o Estado e 50% para o Município onde for efetuado o licenciamento do veículo.

QUESTÃO 22

De acordo com a Legislação Tributária Nacional, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinadas à habitação, à indústria e ao comércio, mesmo sem o preenchimento dos dois requisitos mínimos indispensáveis à configuração do tributo;
- II. A base de cálculo do ITR é o valor fundiário do imóvel, pois tal valor corresponde à terra nua, que refletirá o preço de mercado de terras apurado em 1º de janeiro do respectivo exercício financeiro;
- III. A alíquota utilizada para cálculo do ITR é estabelecida para cada imóvel rural, com base em sua área total e no respectivo grau de utilização, conforme a tabela seguinte:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (em hectares)	GRAU DE UTILIZAÇÃO (em %)				
	Maiores que 80	Maiores que 65 até 80	Maiores que 50 até 65	Maiores que 30 até 50	Até 30
Até 50	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
Maiores que 50 até 200	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
Maiores que 200 até 500	0,10	0,60	1,30	2,30	3,30
Maiores que 500 até 1.000	0,15	0,85	1,90	3,30	4,70
Maiores que 1.000 até 5.000	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
Acima de 5.000	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 23

Analise a situação hipotética abaixo:

Foi aprovada lei ordinária federal que instituiu contribuição social previdenciária residual para custeio de problemas atinentes à saúde pública no Brasil, exigindo-se tal exação imediatamente. A lei instituidora do gravame elege como fato gerador "auferir renda". Além disso, entende-se que o ônus tributacional repercute no contribuinte "de fato", configurando efeito em cascata.

Assinale a alternativa que NÃO contempla uma lesão ao Direito Tributário narrada no caso acima:

- A) Lesão ao princípio da legalidade.
- B) Lesão ao princípio da anterioridade mitigada.
- C) Houve bitributação.
- D) Houve *bis in idem*.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Em se tratando de negócios jurídicos condicionais, considera-se ocorrido o fato gerador, sendo a condição suspensiva (evento futuro e incerto, cuja realização faz decorrer o desfazimento do ato), desde que o ato ou negócio jurídico seja celebrado, sendo, nesse caso, inteiramente irrelevante a condição.
- B) Contribuições parafiscais e empréstimos compulsórios são gravames não definidos pelo fato gerador, mas, sim, pela finalidade para a qual foram criados. Portanto, seus fatos geradores são irrelevantes, não sendo esses tributos concebidos como tais, em razão de seus fatos imponíveis.
- C) De acordo com o Código Tributário Nacional, são irrelevantes, para a ocorrência do fato gerador, a natureza do objeto dos atos praticados e os efeitos desses atos. Assim, podem ser tributados os atos nulos e os atos ilícitos, prevalecendo o princípio da interpretação objetiva do fato gerador (cláusula *non olet*).
- D) A hipótese de incidência tributária representa o momento abstrato, previsto em lei, hábil a deflagrar a relação jurídico-tributária. Caracteriza-se pela abstração, que se opõe à concretude fática, definindo-se pela escolha, feita pelo legislador, de fatos quaisquer, no mundo fenomênico, propensos a ensejar o nascimento do episódio jurídico tributário.

QUESTÃO 25

De acordo com as garantias e privilégios do crédito tributário, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

() A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

() Se a penhora é feita e a decretação de falência é superveniente continua o bem diretamente vinculado à administração do juízo das execuções, até liquidação final, não ficando sujeito à arrecadação do juízo falimentar; prossegue a execução até a transformação do bem penhorado em pecúnia e a remessa desta à massa falida, em que será observada a preferência do crédito tributário.

() Se a decretação de falência é feita e a penhora é superveniente, a penhora se faz no rosto dos autos da falência, citando-se o síndico, e não diretamente sobre determinado bem da massa.

() Não existe equiparação dos créditos do INSS com os créditos da União, de modo que havendo concurso de ambos não deverá haver o rateio entre esses créditos.

- A) F, V, F, V.
- B) V, V, V, F.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, V, V.

QUESTÃO 26

Analisar o caso fictício abaixo narrado e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

Determinada empresa foi autuada em novembro de 2004, evidenciando-se que o lançamento se realizou com vício, pois os fiscais não concederam prazo legal para apresentação de documentos. Na ocasião inconformada, a empresa ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cuja decisão transitou em julgado no dia 10 de junho de 2010, tendo o juízo decidido pelo cancelamento da autuação em razão do mencionado vício. Sabendo-se que, em 20 de abril de 2005, a empresa recebeu uma nova autuação referente à mesma irregularidade cometida, pergunta-se:

Decaiu o direito de a Fazenda efetuar o lançamento?

- A) Não, pois a contagem da decadência será feita a partir da data da decisão definitiva, isto é, 10 de junho de 2010, permitindo-se que o segundo lançamento ocorra até 10 de junho de 2015.
- B) Não, pois a contagem da decadência é feita a partir do momento da primeira autuação, mesmo que viciada. Nesse caso, a partir de novembro de 2004 teria a Fazenda 5 anos para efetuar novo lançamento e, como o fez em 20 de abril de 2005, não há que se falar em decadência.
- C) Sim, pois a contagem da decadência é feita a partir do momento da primeira autuação, mesmo que viciada. Deste modo, o prazo decaiu em novembro de 2009 e como a ação foi procedente para a empresa, não há que se falar em novo lançamento.
- D) Sim, e tendo em vista que a ação de anulação se encontrava em andamento quando do momento da nova autuação, essa é considerada nula de pleno direito.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa CORRETA.

A base de cálculo do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários é:

- A) Quanto às operações de crédito, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição.
- B) Quanto às operações de seguro, o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros.
- C) Quanto às operações de câmbio, o montante do prêmio.
- D) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, na emissão, o valor nominal mais o ágio, se houver; na transmissão, o preço ou o valor nominal, ou o valor da cotação em bolsa, como determinar a lei; no pagamento ou resgate, o preço.

QUESTÃO 28

Conforme as regras previstas pelo Direito Tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- A) É inconstitucional lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC nº 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, mesmo que destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- B) É consentido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- C) É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.
- D) Isenção tributária concedida sob condição onerosa pode ser livremente suprimida.

QUESTÃO 29

Conforme as regras previstas na Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; de decisão judicial transitada em julgado.
 - II. Somente em caso de urgência é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
 - III. No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de 05 (cinco) dias. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.
 - IV. Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- A) Apenas os itens I e II são falsos.
 - B) Apenas os itens II e III são falsos.
 - C) Apenas os itens I e IV são falsos.
 - D) Apenas o item III é falso.

QUESTÃO 30

Considere que, por hipótese, determinado município do Estado de Mato Grosso, com o intuito de incentivar o desenvolvimento de novos softwares em gestão pública, editou lei ordinária reduzindo a alíquota do ISSQN de 5% para 2%, incidente sobre o desenvolvimento de programas de informática.

Assinale a opção CORRETA em relação à situação hipotética narrada:

- A) A redução de alíquota é considerada irregular, pois não atende ao disposto na Constituição Federal de 1988.
- B) A redução de alíquota é considerada irregular, pois para reduzi-la o município necessitaria de autorização do Estado de Mato Grosso, tendo em vista a repartição das receitas tributárias.
- C) A redução de alíquota é considerada irregular, pois o ISSQN não é de competência municipal e sim estadual.
- D) A redução de alíquota é considerada regular, pois atendeu a todos os ditames previstos na Constituição Federal de 1988 e na legislação tributária vigente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

De acordo com as normas previstas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso sobre controle interno, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade nas contas anuais, dela darão ciência de imediato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- B) A falta de instituição e manutenção do sistema de controle interno poderá ensejar a irregularidade das contas e/ou a emissão de parecer prévio contrário à sua aprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão em seu dever legal.
- C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade nas contas anuais, dela darão ciência de imediato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- D) A autoridade gestora do órgão emitirá pronunciamento expresso e indelegável sobre as contas anuais e o parecer do controle interno, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

INSTRUÇÃO: Com base nos dados descritos abaixo, responda às questões de número 32 a 34:

Descrição	Valor em Reais (R\$)
Previsão da Receita	180.000,00
Dotação Inicial	180.000,00
Crédito Suplementar com Recurso de Anulação Parcial de Dotação Orçamentária	5.000,00
Crédito Especial com recurso de Excesso de Arrecadação	12.000,00
Receita Corrente Tributária Arrecadada via Banco	105.000,00
Receita de Capital Arrecadada via Banco	94.000,00
Despesa Corrente Empenhada	101.000,00
Despesa de Capital Empenhada	91.000,00
Despesa Corrente Liquidada	98.000,00
Despesa de Capital Liquidada	89.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	3.000,00
Pagamento de Juros da Dívida de Longo Prazo	4.000,00
Recebimento de Empréstimo por Antecipação de Receita Orçamentária	15.000,00
Despesa Paga	169.000,00

QUESTÃO 32

O valor da dotação atualizada é:

- A) R\$ 192.000,00.
- B) R\$ 185.000,00.
- C) R\$ 197.000,00.
- D) R\$ 187.000,00.

QUESTÃO 33

O valor de restos a pagar não processados é:

- A) R\$ 5.000,00.
- B) R\$ 18.000,00.
- C) R\$ 23.000,00.
- D) R\$ 20.000,00.

QUESTÃO 34

O resultado da execução orçamentária é:

- A) Superavitário em R\$ 12.000,00.
- B) Superavitário em R\$ 7.000,00.
- C) Deficitário em R\$ 19.000,00.
- D) Deficitário em R\$ 12.000,00.

QUESTÃO 35

Os pareceres relativos às Contas Anuais de Gestão com Pareceres Consolidados, para municípios com população acima de 50.000 habitantes, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

- A) Em uma única vez na carga mensal de dezembro.
- B) Semestralmente, nas cargas mensais de junho e dezembro.
- C) Anualmente, na prestação de contas anuais de governo.
- D) Quadrimestralmente, nas cargas mensais de abril, agosto e dezembro.

QUESTÃO 36

Em relação ao orçamento público, à Constituição Federal de 1988 e à Lei 4.320/1964, marque a afirmativa CORRETA:

- A) A seguridade social pode ser financiada pelo orçamento fiscal, independente de autorização legislativa, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- B) A Lei do Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada ou que por intermédio deles se devam realizar.
- C) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos da administração pública direta e indireta, pelas empresas públicas e pelas fundações e mantidas pelo Poder Público depende de autorização específica na LDO.
- D) Em caráter excepcional e mediante decreto do Presidente da República, o exercício financeiro para a administração pública pode ser diferente do ano civil.

QUESTÃO 37

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, órgão de controle externo, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta lei, em especial, compete:

- Julgar as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, bem como as contas dos demais administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e demais entidades da Administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, as agências reguladoras e executivas e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.
- Fiscalizar o cumprimento das normas específicas relativas à responsabilidade na gestão fiscal.
- Fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Município às pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive às organizações não governamentais e aos entes qualificados na forma da lei para a prestação de serviços públicos, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congênere.
- Emitir parecer prévio circunstanciado sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, ou seja, emitir parecer favorável ou desfavorável à aprovação das contas de gestão.

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, V, F.
- D) F, V, F, V.

QUESTÃO 38

O controlador interno de determinado município do Estado de Mato Grosso, pertencente ao quadro de servidores efetivos do órgão, realiza auditoria no setor de tributos e constata que vários contribuintes inscritos em dívida ativa não foram notificados extrajudicialmente para comparecerem ao órgão e não sofrem processo de execução fiscal. Diante dessa situação, o servidor notifica o Secretário de Finanças do órgão, bem como o Prefeito Municipal instruindo o procedimento a ser adotado para sanar o achado de irregularidade.

Considerando o caso acima narrado, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O responsável pela UCI deverá representar ao Tribunal de Contas do Estado sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário somente se não forem reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração.
- B) Deve o servidor representar imediatamente ao TCE/MT sobre o achado de irregularidade constatado.
- C) O controlador interno do órgão não possui competência para auditar o setor de tributos do município, pois tal ato é privativo da Receita Federal.
- D) O controlador interno do órgão não possui autonomia para notificar o Secretário de Finanças, pois está subordinado diretamente ao dirigente máximo, ou seja, o Prefeito Municipal; assim sendo, deve notificá-lo diretamente e este então repassa a notificação ao Secretário de Finanças.

QUESTÃO 39

Analise o enunciado a seguir e marque a afirmativa CORRETA. Em âmbito municipal estão legitimados a formular consulta ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

- A) O Prefeito, o Presidente do Tribunal de Justiça, os dirigentes máximos de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais.
- B) O Presidente da Câmara Municipal, Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional.
- C) O Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal e os dirigentes máximos de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas e mantidas pelo Município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais.
- D) O Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Câmara Municipal, o Procurador-Geral de Justiça, conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, os dirigentes máximos de autarquias, empresas públicas e conselhos constitucionais e legais.

QUESTÃO 40

Analise o enunciado a seguir e marque a afirmativa INCORRETA.

Conforme Lei Orgânica do Município de Colniza-MT, o controle externo exercido pela Câmara e o controle interno do Executivo Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, compreende:

- A) Apreciar as contas do exercício financeiro apresentado pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara.
- B) Acompanhamento das atividades contábeis, financeiras e orçamentárias do Município.
- C) Julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- D) Identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, a fim de permitir procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades.